

12-2015

A Encíclica "Deus é Amor" de Bento XVI

Manuel de Sousa Gonçalves

Follow this and additional works at: <https://dsc.duq.edu/missao-espiritana>

Recommended Citation

de Sousa Gonçalves, M. (2015). A Encíclica "Deus é Amor" de Bento XVI. *Missão Espiritana*, 25-26 (25-26) Retrieved from <https://dsc.duq.edu/missao-espiritana/vol25/iss25/39>

This Article is brought to you for free and open access by Duquesne Scholarship Collection. It has been accepted for inclusion in Missão Espiritana by an authorized editor of Duquesne Scholarship Collection.

política”. Idêntica perspetiva pode ser aplicada aos serviços de Voluntariado e Solidariedade cristã, encarando-os como actos de santidade e santificação cristã (e o Papa cita a propósito 10 santos cristãos que foram modelos de dedicação ao próximo). Enfim, esta é uma encíclica que vai ao coração da visão cristã acerca de Deus e acerca do homem.

In «Encontro» – abril 2006, p. 9.

A ENCÍCLICA “DEUS É AMOR” DE BENTO XVI

Terá sido uma surpresa para muitos que o Santo Padre tenha escolhido o tema do amor, a “caridade teologal”, como principal trave-mestra da sua 1ª encíclica. A generalidade dos jornalistas descrevia-o, na altura da eleição, como personalidade austera, fria e distante – o que de facto não correspondia a quem vivia na sua entourage ou se cruzava com ele na rua, quando ele, frequentemente e à tarde, dava um breve passeio a pé nas ruas mais chegadas à muralha que faz a cintura da área do Vaticano.

Mais surpreendente ainda terá sido que, no quadro do amor cristão cuja fonte é Deus, o Papa tenha afirmado a legitimidade e o valor da componente que chama “erótica” ou corporal (no bom sentido, não no sentido do erotismo), da expressão pessoal e amorosa do casamento cristão; e mais ainda, que tenha atribuído “dimensão erótica” ao amor de Deus, na linha do simbolismo conjugal que os Profetas Oseias, Jeremias e Ezequiel usaram para descrever, analogicamente, o amor de Deus pela humanidade e a resposta esposal (isto é, total, totalizante e fecunda) que Deus espera do Seu povo. É lícito imaginar que, ao falar de algo “erótico” no amor divino em relação à Humanidade, o Santo Padre tenha tido em mente o capítulo 16 de Ezequiel, onde o Profeta apresenta a história do Povo da Antiga Aliança em termos simbólicos de nubilidadade feminina, de paixão e de esposalidade. É também interessante que, partindo daí e desenvolvendo a espiritualidade teologal, o Papa afirme que, de si e por dom de Deus, a espiritualidade cristã, por ser de fé e caridade, conduza à experiência mística.

Outra razão para a expectativa gerada antes da publicação da encíclica, terá sido a ideia generalizada de que um primeiro documento papal tem algo de programático. Será correta tal ideia? Sim e não. Não, no sentido

de que um Papa trace um Programa de ação, com objetivos, prioridades e ações a desenvolver, como se a Igreja fosse redutível a uma empresa comercial. A Igreja tem um “depósito de fé” herdado da tradição fundacional que vem dos Apóstolos e atravessou os séculos, e é sua missão propô-lo, de modo adaptado, aos homens de cada tempo, buscando nele respostas para os problemas que em cada época a humanidade enfrenta. Desse modo, a Igreja vive ao ritmo da história humana, tantas vezes tortuosa, quicá imprevisível.

Haver algo de programático num primeiro texto do Papa, no entanto, pode dizer-se que sim, dado que num texto inaugural podem adivinhar-se as linhas de força que marcarão doravante o Magistério papal, os pontos de doutrina e vida cristã a que ele é sensível, e o jeito que ele usará para indicar caminhos que levem a humanidade para a fraternidade e a harmonia universal. De certo modo, essa possibilidade de prever a futura ação papal já se verificou com Paulo VI e João Paulo II.

Paulo VI e João Paulo II

Paulo VI foi Papa em 1962, em pleno tempo de Concílio. Já antes, quando a Assembleia conciliar estava confusa por se ter rejeitado o material apresentado pela Comissão Preparatória (algum dele já vinha do tempo de Pio XII, pois este Papa já pensara num Concílio Ecuménico), os Cardeais Montini (futuro Papa), Suenens e Lercaro propuseram ao Concílio (o que foi aceite) que os trabalhos funcionassem à volta de duas ideias-mestras: a Igreja considerada em si mesma, como “mistério” e sacramento de Cristo; e a Igreja na sua função de serviço ao mundo. Daí resultaram os dois documentos maiores do Concílio: a Constituição sobre a Igreja, e a *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo contemporâneo.

A encíclica inaugural de Paulo VI foi nessa mesma linha, e teve o título de “*Ecclesiam suam*”, apresentando como charneira duas ideias-força: a Igreja como comunhão e ambiente de santificação; e o dinamismo do diálogo, tanto intraeclesial como com o mundo e a cultura do nosso tempo. E de facto, levando a termo o Concílio e a efeito as suas orientações, Paulo VI orientou a reforma litúrgica, favoreceu a colegialidade e antiga tradição sinodal com a criação das Conferências Episcopais e o lançamento do Sínodo dos Bispos, abriu as portas ao Diaconado permanente, criou os Ministérios laicais instituídos, procurou aprofundar a dimensão de consagração na Vida Religiosa, fez a Igreja entrar no diálogo ecuménico (para isso criou Comissões e um Secretariado). Em tempos de “ateísmo de Estado”, foi à ONU proclamar que a fé em Deus acaba por ser uma defesa do próprio

homem; viajou ao Uganda, onde convocou a Igreja em África para a Missão universal da Igreja; foi ao Congresso Eucarístico de Bombaim com a ideia da aproximação da mensagem cristã à secular tradição religiosa da Ásia. Por fim, deixou-nos um dos melhores documentos da Santa Sé, no tempo depois do Concílio, sobre a tarefa principal e missão da Igreja: a encíclica “Evangelii Nuntiandi”, de 1975.

Indicativos da futura ação de João Paulo II, encontramos-los também na sua 1ª Encíclica, “O Redentor do Homem”. Encontramos aí alguns temas e ideias que iluminarão o seu futuro serviço de Pastor Universal. Reparem nestes pensamentos do texto: o homem é o valor prioritário no pensamento e na ação da Igreja; o caminho da Igreja passa pelo homem na sua totalidade; a Encarnação de Cristo tem dimensão antropológica, uma vez que por ela o Filho de Deus se uniu a toda a humanidade e a cada homem (ideia central na I Parte da *Gaudium et Spes*); Jesus Cristo é centro do mundo e da história; o homem deve aproximar-se de Cristo, pois a sua vida fica destituída de sentido se não lhe é revelado o amor, se o homem não encontra o amor e se não o experimenta tal como está revelado em Cristo. Foi a partir desta base de fé em Cristo e de amor ao homem que João Paulo II entrou nas questões de justiça social e solidariedade entre os povos, que se opôs à guerra, que indiretamente ajudou a ultrapassar os regimes políticos opressores da Europa de Leste, que falou de nova evangelização, que promoveu um Sínodo para cada Continente, que atraiu os jovens, que promoveu encontros inter-religiosos, que viajou pelo mundo como anunciador de Cristo e amigo universal, que promoveu Sínodos sobre a Catequese, o Laicado, a Família, a reconciliação; que lutou pela defesa da vida.

Bento XVI

Com a encíclica inaugural de Bento XVI, poderão também adivinhar-se o que parece virem ser as insistências maiores do seu magistério e da sua ação. Tendo como valor central a noção bíblica de amor teologal, o qual se baseia na fé e se confirma pela esperança e pela caridade fraterna, o Papa vai direitinho à noção bíblica de Deus e à relação humana de fé e comunhão a ter com Ele; vai também direito ao dom da Encarnação de Cristo e do seu Mistério Pascal; entra no coração da vida cristã, como chamamento e graça de comunhão e santidade. Poderia entender-se a globalidade do pensamento papal com o esquema de um triângulo cujas partes são inter-activas: no vértice e cume do triângulo, está a Tri-Unidade de Deus, como imensidade e fonte de amor; os lados são a Igreja e o mundo (o homem, no fim de contas), beneficiários do amor de Deus; na base, sobre a qual tudo

assenta e se apoia, está o Mistério de Jesus Cristo - Incarnado, Redentor e Salvador, sinal e como que reservatório do amor de Deus. O dinamismo de circulação dentro deste triângulo inter-activo é justamente o amor teologal, cujo transmissor é o Espírito Santo de Cristo.

Dentro deste quadro geral, o texto do Santo Padre, denso e condensado, tira aplicações para a noção de Missão, para a ação pastoral dentro das Comunidades, para a revalorização da corporalidade conjugal, para a doutrina social da Igreja, para a noção cristã de justiça (que não é completa sem a caridade), para a especificidade da ação social cristã, para uma espiritualidade da ação política do cristão, para as relações entre Igreja e Estado, para a superação do laicismo político, para a espiritualidade eucarística e o valor do Domingo cristão, para uma visão da moral cristã marcada pela caridade e amor fraterno mais do que pela observância de mandamentos, para a missão pastoral das Comunidades cristãs, expressa no trinómio “Kerygma-Martyria-Diaconia”, para a unidade existencial entre amor a Deus e amor ao próximo – duas faces complementares da mesma dinâmica de amor.

Topa-se ainda na encíclica uma crítica à utopia marxista (a qual despreza a ajuda atual ao necessitado, em função de um futuro ideológico), como também à contrafação do amor que seriam, sobretudo na sua versão pretensamente conjugal, as várias espécies de “homofilia” que hoje certas forças pretendem promover.

Linhas programáticas

Ousando prever o futuro, é lícito pensar que Bento XVI dará importância às relações com o Judaísmo (pelo modo como valoriza o Antigo Testamento e a “Shemá Israel” da Lei – que é ainda hoje a oração principal de todo o bom judeu: “Escuta, Israel, o Senhor é o Único Deus”...). Tudo indica que vai acentuar-se o esforço e o diálogo ecuménico, e sobretudo que avançará a aproximação à Igreja Ortodoxa do Oriente (pela insistência na espiritualidade como maturação da fé, e na função unitiva e “divinizante” da Eucaristia, perspetiva que é cara aos cristãos da Ortodoxia).

Na parte prática da encíclica, a II, transparece a intenção de promover a solidariedade cristã e o Voluntariado. E tudo considerado, a ideia-força mais vincada é a necessidade de todo o cristão levar a sua fé a uma autêntica espiritualidade, a qual motive e marque toda a sua vida. Uma espiritualidade que no fim de contas releva aquilo que é específico da mensagem cristã: a vida teologal, baseada na fé e revigorada pelo amor: a fé que salva é aquela que é operante pela caridade, diz Gal. 5.6.

Diferenças entre João Paulo II e Bento XVI

Tal como o texto inaugural de João Paulo II, a encíclica “Deus Caritas” é fortemente cristológica. Segue-se daí a referência marial. Porém, se João Paulo II via em Nossa Senhora antes de mais a Mãe e Protectora da Igreja, Bento XVI vê nela o ÍCONE perfeito da santidade eclesial, caminho certo para Cristo. E tal como usava fazer o seu predecessor, Bento XVI termina a encíclica precisamente com o pensamento voltado para Nossa Senhora.

Outras diferenças são que a 1ª encíclica de João Paulo II cita sobretudo o Concílio; Bento XVI baseia-se na Sagrada Escritura, principalmente nos escritos de S. João. Quanto ao estilo, o do Papa anterior é frequentemente circular e redundante: repete por vezes a mesma ideia com outras palavras. O de Bento XVI é linear, conciso e lógico. Há muita ideia escondida em afirmações que aparentemente são simples.

A encíclica revela bem o carisma de teólogo e mestre que tem sido característico do serviço eclesial do professor, arcebispo e cardeal Ratzinger. Por fim, é interessante que ele traga à memória da Igreja o serviço de bem-fazer que desde o princípio a Igreja teve no seu interior (desde a instituição dos diáconos em Act.6). Temos isso na encíclica quando o Papa recorda o diácono S. Lourenço, ou quando diz que o imperador Juliano, tentando restaurar o antigo paganismo, por ter presenciado a violência dos filhos do imperador Constantino, os quais haviam sucedido a seu pai, quis também introduzir na religião que pensou restaurar um sistema de assistência social, para viúvas, órfãos, viajantes e necessitados, imitando o que as Comunidades, particularmente a de Roma, tinham instituído. Sabemos da história que a Igreja, obrigada pelo costume romano a registar-se legalmente, num primeiro tempo, ela se inscreveu em Roma como parte das Comunidades judaicas. Quando as discussões acerca de Cristo (Messias ou não) agitaram o Grupo e o imperador Cláudio expulsou de Roma a maioria dos judeus, no ano 49 ou 50 (temos isso em Act.18.2), a Comunidade Romana destacou-se e registou-se como Grupo de Solidariedade Social. O contributo para o sistema era dado voluntariamente, ou de maneira extra litúrgica pelos irmãos mais capazes, ou na Eucaristia, por todos, no momento do Ofertório dos fiéis. Fazia sentido que a comunhão eucarística fosse precedida de uma partilha de bens com os irmãos necessitados. Bento XVI parece referir-se a esse antigo costume na Parte Prática da encíclica.

Na sequência desta Introdução, a nossa revista tentará, em cada um dos próximos números, “sacar à luz” dados valiosos escondidos sob a letra deste texto do Santo Padre. Trata-se de um texto que merece ser estudado e refletido.

In «Encontro», Março 2006 p.8-9